

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

**ALGUMAS DIVERGÊNCIAS ENTRE COMTE E SKINNER SOBRE O CONCEITO
DE HISTÓRIA**

Lígia Maria Coutes (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Programa de Iniciação Científica, PIC-UEM); Carolina Laurenti (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá).

contato: ligiacoutes@yahoo.com.br

Palavras-chave: Positivismo comtiano. Comportamentalismo Radical. História.

Os princípios do Positivismo comtiano geralmente são estendidos para a filosofia da ciência de B. F. Skinner (1904-1990), de modo que não é raro encontrar autores (MARX; HILLIX, 1993; MIZUKAMI, 1986) que apresentam Skinner como um positivista, a exemplo do seguinte excerto: “os ataques mais persistentes concentraram-se no *positivismo de Skinner*. Os críticos sustentam que Skinner está iludindo a si próprio se acredita que a teoria não tem valor.” (MARX; HILLIX, 1993, p. 409-410, grifo nosso). Assim, cabe questionar: essa classificação se justifica? Seria possível contestá-la? Por certo, há semelhanças entre algumas características do modelo de ciência inicial de Skinner e algumas proposições do Positivismo comtiano (MOXLEY, 2006). Contudo, essas eventuais aproximações ganham destaque na literatura de comentário, obscurecendo os inegáveis distanciamentos entre esses autores. Pautando-se nisso, o objetivo deste trabalho é delinear alguns pontos de divergência entre Comte e Skinner tendo como pedra de toque um dos aspectos mais emblemáticos do sistema positivista comtiano, a noção de história. Para tanto, com base no procedimento de análise conceitual estrutural de texto sugerido por Lopes e Laurenti (2010), foram analisados textos capitais tanto da obra de Comte quanto da de Skinner, cujo resultado será exposto a seguir.

Para Comte (1983) é a história das ciências que permite compreender o fazer científico em sua totalidade, uma vez que ela fornece o processo pelo qual cada área de conhecimento passou para obter seu nível de desenvolvimento atual. Em suas palavras: “estamos por certo convencidos de que o conhecimento da história das ciências é da mais alta importância. Penso, ainda, que não conhecemos completamente uma ciência se não conhecemos sua história.” (COMTE, 1983, p. 29). Na perspectiva comtiana, a história tem como norte os princípios de ordem e de progresso (COMTE, 1983). A ordem é concebida como o conjunto de relações invariáveis entre os fenômenos, sendo expresso na forma de leis universais. Esse princípio caracteriza-se por uma transformação ordenada e ordeira que se processa de forma contínua, visto que não comporta saltos. Já o progresso é compreendido como um avanço contínuo direcionado a um objetivo específico, de modo que denota necessariamente

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

melhoramentos lineares e contínuos. Assim, a ordem é vista como a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso torna-se a meta necessária da ordem (COMTE, 1983). Constata-se, portanto, uma visão linear e progressista de história. Um exemplo disso é a lei dos três estados, segundo a qual o pensamento humano passaria por três estágios distintos obrigatoriamente sucessivos: teológico, metafísico e positivo (COMTE, 1983).

O primeiro estágio, o **teológico**, representa a infância do espírito humano, em que as especulações do homem se voltam espontaneamente para questões indissolúveis ou para assuntos intrinsecamente inacessíveis a uma investigação científica acurada. Nesse estágio, os fenômenos são apresentados como produto de uma ação direta e contínua de agentes sobrenaturais, cuja intervenção arbitrária explicaria todas as anomalias aparentes do universo. Nota-se, portanto, que, mesmo neste estágio, considerado por Comte (1983) como o mais primitivo do pensamento humano, encontra-se uma instância reguladora capaz de ordenar os fenômenos, os agentes sobrenaturais. O segundo estágio, o **metafísico**, é caracterizado por concepções intermediárias. Por ser uma adaptação da teologia, ainda se tenta explicar a natureza dos seres, a origem, e o seu destino. Estabelece-se uma unidade correspondente entre as entidades personificadas, por meio de uma subordinação gradual das diversas entidades à natureza, uma vez que o homem não é capaz de sustentar a visão teológica durante muito tempo (COMTE, 1983). Desse modo, percebe-se, neste estágio, tal como no primeiro, a presença de uma instância reguladora, as entidades personificadas. No terceiro e mais avançado estágio, o estado **positivo**, o homem abandona a busca por noções absolutas de tal modo que a natureza passa a ser explicada por leis efetivas que retratem relações invariáveis. Para tanto, com base em fatos observáveis emprega o raciocínio e a observação, a fim de revelar tais leis. Por conseguinte, o progresso da ciência poderia ser constatado se as relações entre os fatos (princípio de ordem) fossem reduzidas a apenas um princípio explicativo (princípio de progresso), uma vez que o objetivo final de Comte (1983) é desvelar uma única lei que regesse todo o universo: “tendendo a diminuir, o mais possível, o número das leis gerais necessárias para a explicação positiva dos fenômenos naturais, o que é, com efeito, a meta filosófica da ciência” (COMTE, 1983, p. 20).

Enquanto Comte (1983) discorre sobre a história do pensamento humano, Skinner se debruça sobre a história do comportamento humano. Isso porque a Análise do Comportamento é uma ciência histórica, uma ciência do processo (SKINNER, 1974, 1990). Chiesa (2006, p. 119) esclarece esse aspecto: “[...] a pesquisa na tradição behaviorista radical se volta para os processos comportamentais como eles ocorrem ao longo do tempo, e busca

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

relações entre o comportamento e os eventos ambientais, que também ocorrem ao longo do tempo”.

Contrastando com Comte (1983), Skinner (1976, 1981, 1984, 1990, 1995, 2000) não apresenta de forma sistematizada uma noção de história. Não obstante, ela pode ser captada por meio do exame de conceitos notadamente históricos na perspectiva skinneriana, como é o caso das noções de evolução e desenvolvimento. Com efeito, a hipótese levantada neste trabalho foi a de que a análise do modo como Skinner explica esses tipos de processos pode fornecer indícios da noção de história no Comportamentalismo Radical. Essa estratégia é similar à adotada no caso de Comte, na qual o exame dos estágios do pensamento humano permitiu apreender a concepção linear e progressista de história, característica desse positivismo.

Para o psicólogo norte-americano, a história do comportamento é contada de acordo com o modelo de seleção por consequências, que é inspirado na inter-relação entre os processos de variação e seleção da teoria da evolução de Darwin pela seleção natural (SKINNER, 1984, 1995). Segundo o modelo de seleção pelas consequências, o comportamento surge de um processo de seleção gradual, pelas consequências, de variações aleatórias que acontecem nas ações em determinadas circunstâncias (SKINNER, 1984, 1995). Os produtos desse processo são diferentes “espécies” de comportamentos: reflexos e instintos, no âmbito das contingências de seleção natural; operantes, no contexto da ontogênese; e práticas culturais, que emergem em contingências sociais.

O processo de evolução do comportamento, que se dá por seleção de variações, tem, ao menos, duas implicações: uma delas é que a história precisa de mudanças (variações) para ser construída, e, por isso, não se tenta amenizá-las ou silenciá-las. Pelo contrário, a variabilidade é intrínseca a esse processo. A outra é que não é possível prever meticulosamente o que será selecionado, não há uma direção específica, de modo que Skinner critica explicações teleológicas do processo histórico. A história se dá por meio de pequenas variações que, por terem valor de sobrevivência, ou valor reforçador no caso dos operantes, são selecionadas, e, assim, a combinação de algumas variações gera comportamentos mais complexos (SKINNER, 1984). Além do mais, o produto do processo seletivo não é algo necessariamente melhor ou perfeito. Isso pode ser constatado considerando as falhas presentes nos três níveis de seleção. No nível filogenético, a seleção natural prepara a espécie apenas para um futuro que seja muito semelhante ao passado que a originou. No campo da ontogênese a seleção depende da variação, processo geralmente lento. No tocante às

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

contingências culturais as variações ocorrem de forma imprevisível e as contingências de seleção são randômicas. Além disso, o produto do processo seletivo pode ser a desordem, e não a ordem: a seleção natural gerou uma diversidade de espécies que competem por um lugar ao sol; as contingências ontogenéticas engendram diferentes repertórios em um mesmo indivíduo, gerando, não raro, problemas de identidade; a evolução dos meios sociais originou várias culturas distintas, que podem, amiúde, entrar em conflito (SKINNER, 1981, 1990).

Ainda que critique uma explicação teleológica, Skinner não incorre em uma concepção mecanicista de história, situando a explicação em um início absoluto. Isso fica evidente quando Skinner (1995) polemiza com teorias tradicionais do desenvolvimento, que consideram esse processo como algo pré-determinado. O autor se mostra contrário a concepções que defendem que “evoluir em princípio significa desenrolar, como se desenrola um pergaminho; *desenvolver* antigamente significava desdobrar.” (SKINNER, 1995, p. 78, grifo do autor). Para ele “ambas as palavras significam expor alguma coisa que estava encoberta.” Skinner (1995) também critica a ideia de desenvolvimento como uma sucessão rígida de estágios, que segue uma ordem pré-fixada de ocorrência de eventos, conduzindo, necessariamente, ao aprimoramento e a uma previsão exata dos fenômenos. Contrariando essas visões, Skinner (1981) entende que “[...] em todos os três níveis, as mudanças podem ser explicadas pelo ‘desenvolvimento’ de contingências de seleção. [...] novas contingências começam a operar enquanto o comportamento torna-se mais complexo.” (SKINNER, 1981, p. 503). Como as contingências operam no campo das possibilidades e não da necessidade, o desenvolvimento só pode ser entendido em termos de regularidades susceptíveis a mudanças. No entanto, mesmo que essas regularidades mutáveis resultem em comportamentos mais complexos, isso não implica melhoramento, “constitui erro supor que toda a transformação ou desenvolvimento é crescimento.” (SKINNER, 2000, p. 116). Isso porque, como foi dito anteriormente, os diferentes tipos de variação e seleção apresentam falhas (SKINNER, 1990).

Considerando o exposto, é possível defender que há diferenças substanciais entre Comte e Skinner com respeito à aceção de história. Na perspectiva positivista comtiana, a história é regida pelos princípios de ordem e progresso e se dá de modo linear e progressista, não havendo espaço para variações. Já no comportamentalismo skinneriano a história é entendida como produto dos processos de variação e seleção, em que, gradualmente, comportamentos mais complexos são selecionados a partir de variações mais simples. Em suma, a diferença primordial que torna incompatível a aceção de história de ambos os autores é que Skinner implode com a noção de progresso: a evolução e o desenvolvimento

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

não são processos teleológicos, e mesmo que incorram em certa complexidade, essa última não implica em aprimoramento. Além disso, Skinner destitui a noção de ordem, ao abrir o flanco para as noções de variabilidade, imprevisibilidade e desordem no cerne do processo histórico. Enfim, se, para Comte a história é uma sequência de acontecimentos ordenada e ordeira não comportando saltos, para Skinner a história é um processo dinâmico, que exhibe regularidades que não são invariáveis, o que traz para o primeiro plano a possibilidade de mudança.

Referências

- CHIESA, M. **Behaviorismo radical**: a filosofia e a ciência. Brasília: Cealeiro, 2006.
- COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: GIANOTTI, J. A. **Os pensadores**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 3-94.
- LOPES, C. E.; LAURENTI, C. **Método de análise conceitual-estrutural de texto**. Universidade Estadual de Maringá, 2010. 3 p. Apostila.
- MARX, M. H.; HILLIX, W. A. **Sistemas e teorias em psicologia**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- MIZUKAMI, M. da G. N. Abordagem comportamentalista. In: _____. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
- MOXLEY, R. A. B. F. Skinner's other positivistic book: Walden Two. **Behavior and Philosophy**, v. 34, p. 19-37, 2006.
- SKINNER, B. F. **About behaviorism**. Vintage Books, 1976.
- SKINNER, B. F. Selection by consequences. **Science**, v. 213, n. 4507, p. 501-504, jul. 1981.
- SKINNER, B. F. The evolution of behavior. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v. 41, p. 217-221, 1984.
- SKINNER, B. F. Can psychology be a science of mind? **American Psychologist**, v.45, n.11, p.1206-1210, 1990.
- SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1995.
- SKINNER, B. F. **Para além da liberdade e da dignidade**. Porto: Edições 70, 2000.